

EDIÇÃO ESPECIAL DO
BANCÁRIO
ANO LIV - SETEMBRO DE 1987

COMO OS BANCÁRIOS LUTAM PELA DIGNIDADE SALARIAL



COMO OS BANQUEIROS SUGAM A ECONOMIA DO PAÍS

**SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS
ECONÔMICOS SOCIAIS E ESTATÍSTICA
DIEESE - SUBSEÇÃO/SEEB-RIO**

O tesouro dos banqueiros e a tragédia do País

A história dos bancos brasileiros se confunde com a história das crises econômicas e políticas do Brasil. Não é figura de retórica dizer-se que os banqueiros — assim como os empresários de comunicação (i.é. Roberto Marinho) — são os donos deste País.

Mãe a história dos bancos comerciais no nosso País não só é a expressão e o ariete das crises econômicas. Ela, a história, é a ponta do iceberg na cena da rapinagem que os modelos econômicos capitalistas dos últimos 30 anos impuseram à economia do Brasil, um país pobre por excelência e cujo banqueiros desfrutam há décadas e décadas de um verdadeiro paraíso fiscal e creditício, sob os olhares de aprovação cúmplice das autoridades monetárias. Todas elas, diga-se a bem da verdade, preocupadas em assegurar a esse privilegiado setor que drena as economias públicas para seus tesouros particulares, cada vez

mais, condições de aumentar e de intensificar, em ritmo alucinante, esse sorvedouro de cruzeiros e cruzados da economia nacional. Com esse estudo profundo do DIEESE, que o Sindicato dos Bancários traz à edição para conhecimento da imprensa, dos bancários e da opinião pública, quer-se mostrar cientificamente como a rapinagem praticada pelos bancos comerciais contra a nossa economia é um elo forte da cadeia que sustenta a política econômica e seus conceitos básicos. Como a "ciranda" financeira vai e volta — apesar dos cruzados, planos bresseres e outros instrumentos, que na realidade, ao contrário de cortar fundo a espiral inflacionária e o endividamento interno e externo do País, só tem reforçado esse elo. Os gigantescos lucros dos bancos comerciais nos últimos 10 anos em nosso país — sem similar em nenhuma das sociedades capitalistas do Ocidente — é o ariete da inflação e do

empobrecimento da economia. E a manutenção desse modelo só tende a agravar o quadro.

Já dizia, antigamente, uma grande expressão do capitalismo norte-americano (Rockefeller) que "o melhor negócio, o que dá mais dinheiro, é petróleo; em segundo lugar a exploração de petróleo; em terceiro lugar a venda dos subprodutos do petróleo. "No Brasil, parafraseando essa máxima, poderíamos dizer — a história só se repete como farsa ou tragédia — "o melhor negócio é um grande banco; o segundo melhor negócio é um banco médio; em terceiro lugar um pequeno banco. Com uma diferença significativa: no Brasil não é preciso ter-se capital para abrir um banco. Com "amigos" no Governo e no Banco Central compra-se uma "patente" a preço de banana, sem licitação, e começa-se a ganhar dinheiro fácil.

SINDICATO DOS BANCARIOS DO RIO DE JANEIRO

SETEMBRO 1987

Introdução

Este trabalho foi realizado pelo DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — para os Sindicatos e Federações de bancários filiadas, como subsídio à Campanha Salarial Nacional da categoria de setembro de 1987. Como em toda Campanha Salarial, encontram-se frente-a-frente banqueiros e bancários, com o objetivo de negociar um novo acordo salarial e de contrato coletivo de trabalho. Como em todos os anos verifica-se que banqueiros e bancários estão em situações muito distantes. Este trabalho busca, por um lado, mostrar o extraordinário desempenho econômico-financeiro dos bancos. Verificou-se que esta

situação não é particular a este 1º semestre de 1987, mas corresponde ao desempenho de muitos anos e, contrariamente ao considerado pelos banqueiros, poderá manter-se ou ainda elevar-se nos próximos semestres. Isto porque os bancos mantêm um grande poder sobre a política monetária e demonstram uma notável capacidade em garantir seus lucros e mesmo elevar sua rentabilidade nas diferentes fases do ciclo econômico (de expansão ou retração das atividades produtivas) ou sob diferentes condições inflacionárias. Trata-se, na verdade, do único setor econômico que alcança ainda maiores taxas de rentabilidade em situações de crise e retração da economia como no 1º semestre de 1987, distanciando-se ainda mais dos níveis de

rentabilidade dos outros setores. Por outro lado, os bancários são uma categoria que vem acumulando perdas salariais sistematicamente. Desde a data-base referente à anterior Campanha Salarial (01/09/86) até agosto de 1987 as perdas salariais da categoria bancária quase alcançaram 50%, ou seja, estes trabalhadores encontram-se hoje com cerca da metade do poder aquisitivo de que dispunham há um ano. Neste sentido, o presente trabalho busca mostrar, também, a justeza das reivindicações dos bancários e a possibilidade de atendimento por parte dos bancos, que vem apresentando os maiores lucros e as mais elevadas taxas de rentabilidade da economia brasileira.

ÍNDICE

O tesouro dos banqueiros e a tragédia do País	página 3
Introdução	4
Índice	5
Os bancos e a política econômica	6
Os bancos e a política econômica	7
Os bancos e a política econômica	8
Os bancos e a política econômica	9
Os bancários e seus salários	10
Os bancários e seus salários	11
Em defesa dos bancos estaduais	12
Em defesa dos bancos estaduais	13
A exploração do trabalho	14
A exploração do trabalho	15
Dissídio coletivo do Banco do Brasil	16
O conflito capital trabalho nos bancos comerciais	17
O conflito capital trabalho nos bancos comerciais	18
O conflito capital trabalho nos bancos comerciais	19
O conflito capital trabalho nos bancos comerciais	20
O conflito capital nos bancos comerciais	21
Campanha Salarial de setembro de 1987	22
Campanha Salarial de setembro de 1987	23
Campanha Salarial de setembro de 1987	24
Campanha Salarial de setembro de 1987	25
Bancários x Banqueiros	26
A estrutura oligopólica do sistema financeiro brasileiro	27
A estrutura oligopólica do sistema financeiro brasileiro	28
Concentração financeira do Brasil	29
Bancos de investimentos	30
Transnacionalização do sistema financeiro brasileiro	31
Transnacionalização do sistema financeiro brasileiro	32
Transnacionalização do sistema financeiro brasileiro	33
Retrospectiva fotográfica da campanha salarial de 1987	34

A estrutura Oligopólica do sistema financeiro brasileiro

Por Marcos Arruda ••

• Este artigo resume os principais resultados da pesquisa ainda inédita realizada pelo PACS/CENPLA e intitulada "A Estrutura Oligopólica do Sistema Financeiro Brasileiro: Uma Visão Crítica". Ela é parte de um trabalho mais amplo do PRIES/CS (do qual o PACS é a parte brasileira) sobre os sistemas financeiros

da sub-região, incluindo a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai.

•• Economista, coordenador do PACS/CENPLA, professor do ISEBI/UERJ e do IESAE/FGV (Rio de Janeiro) e membro associado do Instituto Transnacional (Amsterdã).

Apoio de pesquisa: Arthur Cícero de Araújo.

INTRODUÇÃO

Se alguém viaja por Nova York, Los Angeles, Ottawa, Montreal ou Brasília, não pode deixar de impressionar-se com a suntuosidade e a magnitude dos bancos. Eles são as catedrais do século XX. Sua imagem física é símbolo fiel do seu poder real e da influência da sua lógica sobre o comportamento da humanidade. A divindade cultuada nestas catedrais modernas, no entanto, é material e temporal, ainda que seus sacerdotes lhe atribuam um caráter eterno e absoluto para a existência humana: o dinheiro, institucionalizado pelo capitalismo contemporâneo na forma de **capital financeiro**.

Ao longo do tempo, os bancos se tornaram indispensáveis repassadores de poupança para atividades produtivas, sendo remunerados por meio de juros. Seguindo a tendência histórica da competição capitalista, um número limitado de bancos foi acumulando e concentrando recursos, ampliando sua escala e mecanizando seus serviços, adquirindo outros bancos e penetrando noutros ramos de atividade financeira e noutros setores da economia. Foi este processo, chamado de **conglomeramento**, que deu origem aos gigantes grupos financeiros que hoje dominam o sistema financeiro internacional, estabelecendo relações oligopólicas nos diferentes mercados e chegando a ter uma influência decisiva sobre as políticas econômicas nacionais e sobre a própria definição das opções de desenvolvimento.

O espaço atual de ação e influência dos grandes bancos já não se limita à economia dos seus países de origem, mas se estende às de outros países e às próprias atividades econômicas internacionais. Esta tendência evolutiva dos grandes bancos, chamada de **transnacionalização**, consolidou-se a partir da 2ª Guerra Mundial, permitindo que acumulassem um poder de controle sobre os fluxos de capital financeiro cada vez mais independentes dos Estados nacionais. Ainda que alguns Estados controlem bancos e conglomerados financeiros de alcance transnacional, — é o caso do Banco do Brasil — foram os grandes bancos privados os que mais se desenvolveram nos últimos 40 anos, tendo alcançado um alto grau de centralização e de concentração de capital para empréstimos e outros financiamentos.

Uma mutação decisiva ocorreu nos fins dos anos 70, quando o desenvolvimento dos depósitos nos bancos privados suplantou o dos bancos centrais e estatais nos países industrializados do Norte e mesmo no Hemisfério Sul. O poder de acumulação dos bancos transnacionais pode ser avaliado se considerarmos que em 1981 os ativos combinados dos 100 maiores bancos do mundo equivaliam a US\$ 4.400 bilhões, ou mais da metade do PIB global e mais do dobro das vendas agregadas das 200 maiores empresas industriais do mundo. Os bancos japoneses e norte-americanos aumentaram seu controle sobre os ativos dos 100 maiores bancos de 40% em 1981 para 43% em 1982 (Arruda, 1983:7). Hoje, os bancos japoneses ganharam a hegemonia sobre o mercado financeiro internacional, controlando mais da metade do trilhão total dos ativos dos 10 maiores bancos do mundo (JB, 13/7/87:13).

"O poder de acumulação dos bancos transnacionais pode ser avaliado se considerarmos que em 1981 os ativos combinados dos 100 maiores bancos do Mundo equivaliam a US\$ 4.400 bilhões, ou mais da metade do PIB global e mais do dobro das vendas agregadas das 200 maiores empresas industriais do Mundo".

O sistema financeiro brasileiro pode ser visto como fazendo parte de uma economia que já surgiu integrada no sistema de acumulação capitalista dominado pelos países do Hemisfério Norte. Ainda que no setor bancário tenha sido garantido um espaço para o crescimento de grandes grupos financeiros nacionais — estatais e privados — o conjunto do sistema financeiro esteve sempre vulnerável à presença de bancos estrangeiros e respondendo às exigências de uma economia orientada para a **modernização via transnacionalização**, isto é, marcada pela lógica e pelo tipo de desenvolvimento econômico-financeiro e tecnológico comandado pelo capital transnacional.

O nosso sistema bancário teve uma evolução relativamente tardia. Até o fim da década dos 50, a maior parte dos recursos para a formação de capital fixo das empresas produtivas ainda provinha de reinvestimentos e, em menor escala, de bancos de desenvolvimento. Os recursos

externos eram captados predominantemente de agências oficiais e, nos anos 60, de agências financeiras multilaterais, tipo Banco Mundial. A expansão vigorosa do setor bancário começou efetivamente a partir das reformas dos anos 60. Desde o início desta década passou a predominar a noção de que o setor é estratégico para o tem sido amplamente responsável pela exacerbação da importação de divisas, seja para cobrir o déficit na balança de pagamento (especialmente nos anos 70), seja para financiar projetos governamentais/privados de dimensões faraônicas e impacto social comparativamente desprezível ou até prejudicial (ver Transamazônica, Ferrovia do Aço, Usinas Nucleares, Projeto Jari, etc.).

O mecanismo de correção cambial adotado em 1968, introduziu ajustes periódicos em função da desvalorização interna da moeda brasileira, tornando os riscos da captação externa praticamente iguais aos da interna. O sistema financeiro internacional passou, deste modo, a ser, além de importante fonte de recursos, uma proteção contra o desgaste crescente da moeda nacional e, sem dúvida, uma fonte segura de lucros especulativos.

Com a institucionalização do mercado de capitais, em 1968, ocorre uma expansão do capital financeiro, uma dinamização nas relações de propriedade das empresas e no processo de centralização e concentração de capital. Discutindo esta etapa, Tavares (1979:213ss) diz que "a funcionalidade global deste processo não seria tanto resolver os problemas de financiamento da produção ou do gasto (seja no consumo ou no investimento) mas, sobretudo, permitir o "descongelamento" do capital investido em atividades produtivas, mediante sua conversão em capital financeiro."

"Os governos militares que se sucederam no País a partir de abril de 64 adotaram políticas francamente favoráveis à transnacionalização das finanças brasileiras, seja institucionalmente, seja através da prática de endividamento externo junto aos bancos privados. Roberto Campos liderou esse processo, como ministro do Planejamento, junto com Octávio Bulhões".

país e deve, portanto, estar sujeito controle do governo. Assim, a Lei 4.131/62 (modificada pela Lei 4.390/64), que adotou o princípio da igualdade de tratamento jurídico para o capital nacional e estrangeiro (art. 2), impôs também uma restrição contrapositiva para o caso dos bancos — o princípio da reciprocidade.

Entretanto, os governos militares que se sucederam a partir de abril de 1964, adotaram políticas francamente favoráveis à transnacionalização das finanças brasileiras, seja institucionalmente, seja através da prática do endividamento externo junto aos bancos privados, sob con-

A estrutura Oligopólica do sistema financeiro brasileiro

dições que se comprovaram gravemente prejudiciais ao interesse nacional. Lideraram estas reformas os então ministros Roberto Campos, do Planejamento, um líder histórico das políticas de transnacionalização e Octavio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, que foi também presidente da Mercedes Benz do Brasil S/A, subsidiária do grupo alemão Daimler-Benz.

A Lei 4.595/64 criou o Banco Central e promoveu a especialização financeira (separou institucionalmente as atividades bancárias das financeiras não bancárias) a fim de expandir a mobilidade de recursos e elevar o nível de eficiência na intermediação financeira. Ainda que a nova estrutura aparente diversificação e descentralização, ela oculta mecanismos concentradores e oligopolizadores, indetectáveis tanto no interior dos diferentes mercados financeiros, quanto no fato de os grandes bancos poderem atuar como matrizes de um número virtualmente ilimitado de empresas financeiras não bancárias.

A Resolução 63/67, do Banco Central, veio permitir que os agentes financeiros instalados no Brasil contratem empréstimos externos para repassá-los internamente. Este novo acesso ao mercado financeiro internacional, franqueado aos bancos privados nacionais e estrangeiros,

Resumindo, a reestruturação do sistema financeiro desencadeada pelos governos militares possibilitou a acumulação de capital financeiro — em si não-produtivo — mediante a emissão de títulos que se valorizam não necessariamente em função do que produz aquele capital, mas de operações especulativas em mercados secundários de valores. Facilitando a associação dos capitais industrial, comercial e bancário sob a hegemonia do capital financeiro: permitiu a subordinação dos sistemas produtivo e comercial ao sistema financeiro e às suas decisões sobre quanto, como e onde reinvestir o capital acumulado sob a forma de capital financeiro. Por fim, estimulou a concentração na área bancária através da associação de capitais estrangeiros, incentivando assim a transnacionalização das finanças brasileiras.

Foi desta mutação estrutural da economia brasileira que brotaram em sua plenitude os grandes grupos ou conglomerados financeiros que estudaremos neste trabalho. Eles consistem em estruturas com altamente centralizadas, que combinam uma empresa controladora com uma constelação de outras empresas, ou mesmo grupos de empresas, subordinadas à primeira, atuando em diferentes setores e ramos da economia, a nível nacional e mesmo transnacional, e buscando na diversidade de aplicações, maximizar sua capacidade de competição e de controle de mercados e, ao mesmo tempo, integrar otimamente suas capacidades reprodutivas do capital.

O método desta pesquisa consistiu no estudo do controle acionário dos maiores bancos e empresas financeiras e do papel que desempenham nos diferentes mercados do setor, a fim de identificar os grupos de interesses de que fazem parte das empresas individuais: que controle exercem sobre os diferentes mercados;

qual o grau de oligopolização no setor e em cada ramo; e que poder concentram aqueles agentes sobre as decisões estratégicas no conjunto do setor, na economia como um todo e no interior do próprio Estado.

CONFIGURAÇÃO ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Atualmente, o sistema financeiro brasileiro tem duas características ao mesmo tempo contraditórias e complementares. Por um lado, apresenta-se como um sistema relativamente autônomo do resto da economia, com uma dinâmica própria, capaz de acumular capital independentemente e com maior vigor que o setor produtivo; este vigor, porém só se explica pela sua ativa interação com o resto da economia, nas suas dimensões nacional e internacional. Por outro lado, é um sistema no qual predomina nitidamente o capital privado e estatal de origem brasileira: ao mesmo tempo, está cada vez mais profundamente articulado com o sistema financeiro internacional, seja pela crescente penetração dos bancos transnacionais do exterior no setor, seja pela expansão das atividades dos bancos brasileiros no exterior, seja também pelo volume de créditos que estes bancos têm captado fora e que hoje constituem o que consideramos o principal fator de transnacionalização financeira do Brasil: a dívida externa.

No contexto do PIB do país, o desempenho dos bancos e empresas de intermediação financeira no Brasil é menos significativo que o das empresas do setor produtivo da economia. No entanto, elas se revelam muito mais rentáveis. Assim, entre as 9.154 maiores empresas da economia em 1985, conforme a classificação do Quem é Quem da Visão (1986), o número das empresas financeiras não excede os 12%, porém, elas controlam 13% do patrimônio líquido e 27% do lucro líquido total.

No interior do sistema financeiro, tem ocorrido uma perda da importância relativa do sistema bancário em relação ao conjunto do setor. Tavares, na obra citada acima, já o havia mencionado para o período 1964-70, indicando que este fato correspondeu a um aumento do peso da intermediação financeira diversificada, sobretudo das financeiras e dos bancos de investimento, e à emergência de um forte subsector imobiliário, comandado pelo BNH que, sozinho, representava 14% do crédito total da área privada. Na primeira metade dos anos 70 a situação se estabilizou, os bancos comerciais mantendo o predomínio no setor, ainda que uma proporção algo inferior. Entre 1977 e 1985, a participação dos bancos comerciais no controle dos empréstimos e financiamentos diminuiu de 67 para 65%.

Ainda mais drástica foi a redistribuição dos haveres financeiros do sistema decorrente da diversificação institucional estabelecida pela reforma bancária dos anos 60. Entre 1966 e 1985, a participação relativa dos bancos comerciais nos haveres financeiros caiu de 80% para 14%. Em consequência, os empréstimos ao setor privado originados do sistema monetário desceram de 78% em 1960 para 50% em 1980 e para menos de 40%

em 1985 (Boletins do BACEN — Banco Central, citados por Minella, 1986: 229 e Revista Conjuntura Econômica, 1986:49). Isto indica que as instituições não monetárias conquistaram uma posição dominante na distribuição e controle dos empréstimos ao setor privado.

Mas há um outro lado desta moeda. Se aparentemente ocorreu uma descentralização e, associada a ela, uma desconcentração de capital, na verdade são os grandes bancos, principalmente da área privada, que têm assumido um controle crescente da atividade creditícia mencionada acima. Isto porque os bancos comerciais, mediante uma estratégia conglomeral, tornaram-se sociedades de comando, ou cabeças de grandes grupos financeiros, tendo penetrado na área não monetária com suas empresas controladas ou colegadas. Mantêm, assim, o controle sobre o conjunto das atividades financeiras de forma sutil mas cada vez mais concentrada. E o que veremos ao longo deste estudo, em particular na parte final, que analisa os maiores grupos financeiros e sua presença no setor.

CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Há centralização do capital quando uma empresa adquire outra, aumenta seu tamanho e alcance no mercado, ou quando empresas ou grupos econômicos se fundem. Este fenômeno faz parte da competição no interior da burguesia, posto que implica a "expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitalistas menores em poucos capitalistas maiores". (Marx, citado em Minella, 1986: 261).

Num contexto político sem regulação ou mecanismos estáveis de fiscalização que garantam o equilíbrio nos mercados, a centralização atua como um fator incontrolado de oligopolização ou de monopolização, à medida que aumenta a escala de algumas empresas e seu poder de manipulação do mercado, à custa da redução do número total de empresas que atuam neste mercado. Os bancos são uma instituição centralizadora por natureza. O regime de crédito no seu conjunto é centralizador ao conferir aos que o controlam um grande poder sobre o processo de acumulação e reprodução do capital. A centralização agrupa sob um mesmo poder de controle ciclos de valorização que podem permanecer separados entre si do ponto de vista da produção e da realização das mercadorias. Sua forma estrutural é o grupo financeiro.

No Brasil, a centralização financeira gerou dois movimentos. Por um lado, os bancos comerciais se expandiram para outros ramos de atividade financeira; por outro, penetram noutros setores econômicos, como o industrial, o comercial e o agropecuário.

Com base em vários exemplares do Boletim do BACEN e no Quem é Quem da Visão (1986), constatamos que entre 1960 e 1985 o número total de bancos comerciais diminuiu de 358 para 100, enquanto aumentava a escala dos que permaneceram no mercado; os brasileiros — privados e estatais — tiveram seu número reduzido em mais de quatro vezes (de 350 para 82) enquanto o dos estrangeiros mais

que duplicou (de 8 para 18). No período, 257 bancos privados brasileiros (segundo o critério do BACEN) desapareceram ou foram incorporados por outros, ou ainda passaram ao controle do Estado, devido a diversos tipos de problemas ligados à capacidade de competir, inclusive por irregularidades e contravenções. (Ver os 50 maiores em 1985 no Anexo 1).

Contudo, o critério do BACEN para definir empresa estrangeira nos parece questionável. Segundo ele, são estrangeiras as empresas majoritariamente controladas por residentes no exterior e que têm sede no exterior. Por este critério, bancos como o de Tokyo ou o Francês e Brasileiro são considerados brasileiros, ainda que tenham seu controle acionário fora do Brasil. Para nós, assim como para muitos autores (Banas, Minella e outros), são estrangeiras as empresas que têm um controle majoritário estrangeiro, ainda quando têm sede no Brasil.

Segundo esta definição, o número de bancos estrangeiros aumentou para 25, em 1985 (47% de aumento entre 1970 e 85). Evidentemente não incluímos entre os bancos estrangeiros aqueles que tinham uma participação externa pouco significativa, como o Itaú, do qual 8% das ações votantes são controladas pelo Banco Financeiro Português. Já os bancos privados de capital brasileiro diminuíram em número, inclusive devido às intervenções estatais para salvar bancos privados de falência ou escândalo.

Noutros ramos do setor financeiro, ocorreu primeiro uma descentralização, iniciada pela reforma jurídico-institucional de 1964, que especializou e diversificou os tipos de instituições financeiras; em seguida, uma centralização no interior de cada novo ramo, associada a uma gradual "desespecialização" ou diversificação das atividades de alguns tipos de instituições financeiras, inclusive os mesmos bancos comerciais, que reasumiram as atividades na área de poupança e empréstimos, por exemplo, levando-a enquanto ramo independente, praticamente à extinção.

Do ponto de vista geográfico, a centralização dos bancos nas regiões mais industrializadas do país refletem uma distorção característica de toda a estrutura econômica brasileira. O Estado de São Paulo é, sem dúvida, o centro de circulação e concentração de capitais que mais atrai a presença de banqueiros, mesmo quando a sede dos seus bancos está formalmente situada noutra região. Em 1980, 45% das sedes bancárias privadas do país localizavam-se nesse Estado; em 1985, esta taxa passou para 56%. Isto significa uma extraordinária concentração de capital financeiro neste Estado, à qual está associada a hegemonia sobre as decisões estratégicas do próprio sistema bancário e o poder de influir nas estratégias político-econômicas do país.

"De 1965 a 1980 o número total de bancos comerciais diminuiu de 358 para 100. No período 258 bancos privados brasileiros desapareceram ou foram incorporados por outros. Neste período mais do que triplicou o número de bancos estrangeiros: de 8 para 25".

Concentração financeira no Brasil

A concentração financeira refere-se aqui à distribuição do controle dos bancos e de outras instituições financeiras sobre o volume total de depósitos, empréstimos, financiamentos, lucros ou qualquer outro indicador. A concentração corresponde ao crescimento do volume de capital das instituições bancárias e financeiras a partir da capitalização da mais-valia.

No plano macroeconômico, o lucro dos bancos corresponde a tudo que eles conseguem subtrair da mais-valia que extrai o capital produtivo. Noutras palavras, o capital de crédito se acumula à custa do capital industrial e comercial. Na economia brasileira este fenômeno ganhou vulto quando, durante a crise recessiva de 1981-83, que foi desastrosa para o setor produtivo e, de novo hoje, o sistema financeiro acumulou riquezas extraordinárias mediante os altíssimos preços cobrados pelos serviços financeiros, a manipulação dos prazos de execução desses serviços, a alta taxa de juros e o jogo especulativo desenfreado. Note-se que todos estes mecanismos de superacumulação foram viabilizados mediante a cumplicidade do Estado, seja sob o controle militar (Figueiredo), seja na chamada Nova República. Esta acumulação intensiva resultou num novo impulso concentrador que aumentou ainda mais as frações dos mercados sob o controle dos grandes conglomerados financeiros e estimulou sua diversificação para dentro e para fora do setor financeiro.

Neste estudo, procuramos pesquisar a concentração segundo os indicadores mais significativos de cada mercado. Estabelecemos como base temporal da pesquisa o período 1977-85.

BANCOS COMERCIAIS

O número de bancos comerciais no período diminuiu de 104 para 100. Em 1985, 71 eram privados e 29 oficiais.

DEPÓSITOS

A área dos bancos comerciais, no tocante aos depósitos, é dominada pelos bancos privados, ao contrário do que geralmente se crê. Os bancos oficiais mantiveram um controle minoritário dos depósitos nos últimos 10 anos. Segundo, este domínio dos bancos privados, na verdade, tem aumentado (de 52,6% sobre o total dos depósitos em 1977 (104 bancos comerciais) para 56,1%, em 1985 (100 bancos comerciais)), ainda que eles tenham perdido espaço físico para os oficiais (seu número diminuiu de 78 para 71 no período, contra um aumento do número de bancos oficiais de 26 para 29).

O controle do Banco do Brasil sobre o total de depósitos dos bancos comerciais diminuiu de 26,7% em 1977 para 23% em 1985, enquanto os dois maiores privados, o Bradesco e o Itaú, juntos viram sua parcela do mercado aumentar de 14% em 1977 para 17,7% em 1985. Em 1977, os três maiores (Brasil, Bradesco e Banespa) controlavam 41,8% do total dos depósitos; em 1985, os três maiores (Brasil, Bradesco e Itaú) controlavam 40,6%. O mesmo ocorreu com os 10 maiores que

viram sua participação no total dos depósitos reduzir-se de 66,2% em 1977 para 64% em 1985. Esta redução não altera o quadro de concentração relativamente elevada no mercado de depósitos.

Na área dos bancos privados, o Bradesco obteve um crescimento da sua participação sobre os depósitos totais de 8,4% para 10,1% e sobre os depósitos dos bancos privados, de 16% para 18% no período. O Bradesco é o campeão dos depósitos à vista, superando amplamente os principais competidores, o Itaú e o Bamerindus. Os 10 maiores bancos privados, por sua vez, controlavam mais de 1/3 dos depósitos totais (34,3%) e quase 2/3 (65,3%) dos depósitos dos bancos privados em 1977; em 1985, a concentração aumentou, chegando a proporção, no primeiro caso, a 41,2% e no segundo a 73,4%. Um dos fatores do incremento da presença dos bancos privados no mercado de depósitos foi, sem dúvida, sua capacidade de absorver o patrimônio e o mercado dos bancos privados que foram liquidados no período.

Portanto, à retração dos bancos oficiais no sistema de captações no período corresponde uma progressão dos bancos privados; e à leve desconcentração no conjunto dos bancos comerciais corresponde um processo de intensa concentração no que toca aos bancos privados. Esta evolução tem a ver com o desenvolvimento das **megaempresas financeiras**, cuja magnitude cresce continuamente, tanto vertical como horizontalmente.

A concentração dos depósitos dos bancos privados, por localização da sede, aumentou no caso de São Paulo, de 63,3% em 1977 para 68,3% em 1985, indicando que os bancos privados com sede em São Paulo concentram, sozinhos, um poder de captação e de disposição de recursos maior que o dos bancos privados de todos os outros estados reunidos.

EMPRÉSTIMOS — No mercado de empréstimos, os bancos oficiais predominam, ainda que sua participação tenha regredido 11 pontos percentuais, de 68% em 1977 para 57% em 1985. Isto se deve, principalmente, à retração do Banco do Brasil, cuja participação no mercado baixou de 46% para 20% no período. Em consequência, baixou também o grau de concentração por empréstimos no caso dos três maiores (de 57% para 38%) e dos 10 maiores (de 73% para 61%) no período. Permanecem, no entanto, níveis de concentração relativamente altos também neste mercado.

O avanço dos bancos privados — proporcional à queda na concentração dos bancos oficiais — tem sido virtualmente mais acelerado no mercado de crédito que no de captações. Os três maiores privados passaram de 28% a 33% e os 10 maiores privados, de 63% a 70% do total de empréstimos dos bancos privados no período.

Observemos que o Banco do Brasil atua principalmente no crédito agropecuário. Em 1985, sua participação neste mercado alcançou 53%, ao passo que a dos bancos comerciais ascendeu a 51% no

Bancos de investimentos

setor industrial e apenas 12% no agropecuário. Tudo indica, portanto, que, no plano quantitativo, a presença do Banco do Brasil nas atividades bancárias está cedendo o lugar à dos megabancos privados; e, no plano qualitativo, aquela presença está cada vez mais vinculada aos setores menos dinâmicos e rentáveis da economia, fazendo do Banco do Brasil uma instituição cada vez menos competitiva e mais complementar aos bancos privados.

LUCROS — A análise da concentração dos bancos comerciais no tocante aos lucros evidencia ainda mais a retração dos bancos oficiais em relação aos privados. Aqueles viram sua participação no total do lucro líquido do ramo bancário reduzir-se em 22 pontos percentuais, e o Banco do Brasil, em 16 pontos percentuais no período. Deste modo, os bancos oficiais perderam para os privados a hegemonia sobre os lucros do ramo. Só o Bradesco passou a controlar quase 1/5 do total do lucro líquido dos 100 bancos comerciais em 1985. A participação dos três maiores bancos comerciais sofreu uma pequena desconcentração, em contraste com um aumento substancial da concentração dos lucros no caso dos dez maiores que, em 1985, alcançou 86%.

Na área dos bancos privados, a concentração dos lucros é mais alta que a dos outros indicadores. Sozinho, o Bradesco controla mais de 1/3 do lucro total dos bancos privados, enquanto os três maiores concentram quase 60% e os 10 maiores, 4/5 daquele total.

Conclui-se daí, primeiro, que a perda de espaço dos bancos oficiais em favor dos privados confirma-se aqui com ainda maior veemência. Segundo, que os megabancos obtiveram um alto grau de concentração de lucros do ramo bancário e são, na verdade, os agentes mais ricos entre os ricos de toda a economia e os que maior proveito têm tirado da crise econômica brasileira nos anos recentes. E isto não somente em virtude de economias de escala e de avanços na informatização e na rentabilidade, mas principalmente pelo poder financeiro e político que conseguiram concentrar através de uma massa de operações desvinculadas da produção e das facilidades com que foram agraciados pelas políticas econômicas do governo federal no período.

O poder dos grandes banqueiros privados se manifesta de duas formas. Uma, ao atuarem como grupos de pressão em favor de políticas que deem prioridade aos seus interesses, que são eminentemente financeiros e de caráter imediatista. A outra, ao introduzirem em funções de mando do governo, como no caso do ex-ministro Mário Henrique Simonsen (Gov. Geisel), hoje vice-presidente do CITICORP de Nova Iorque (que, em 1986, era o maior grupo financeiro transnacional dos EUA, com ativos quase iguais ao PIB brasileiro, segundo a Revista *Fortune* (8/6/87:126); do ex-presidente do BACEN e atual conselheiro do Ministro Luís C. Bresser Pereira, Fernão B. Bracher, do Grupo Bradesco, e o do ex-ministro do Trabalho, Murillo Macedo, atual vice-presidente do Banco Nacional, da família Magalhães Pinto.

A primeira observação sobre os 34 bancos de investimento em 1985 refere-se à ausência de um bloco estatal. O único representante é o Banerj, com participação pouco destacada no conjunto e, atualmente, sob o assédio da intervenção federal e da campanha dos bancos privados pela sua privatização. Segundo, ao contrário dos bancos comerciais, os bancos de investimento são freqüentemente penetrados pelo capital estrangeiro.

Neste ramo percebe-se um movimento de concentração comparável com o que ocorre no dos bancos comerciais. O Bradesco, sozinho, aumentou seu controle sobre o total dos financiamentos de 10% em 1977 para 12% em 1985. Os três maiores controlavam quase 1/3 do total de créditos do ramo, e os 10 maiores chegaram a 66% em 1985.

A concentração dos lucros é maior que a dos outros indicadores e o movimento de concentração também evoluiu aceleradamente. O maior banco privado (Bradesco, 18,7% em 1977 e Unibanco, 19,9% em 1985) se apropriou de quase 1/5 do total do resultado líquido do ramo. Os três maiores aumentaram sua participação nos lucros de 40% para 55%, enquanto os 10 maiores passaram de 74% para 130% no período! Esta última taxa indica que os bancos menores tiveram lucro líquido negativo no ano, fazendo que o lucro dos 10 maiores ultrapassasse o total do lucro líquido do ramo em 30 pontos percentuais. Mais uma vez se comprova que os grandes bancos estão obtendo vantagens sempre maiores sobre os de menor escala de operações. Com a agudização da competição entre os grandes, resultante do movimento de concentração, a tendência é uma centralização e concentração, a tendência é uma centralização e concentração sempre maiores, salvo se outros fatores vierem a intervir.

Um estudo semelhante sobre os vários ramos não monetários do setor financeiro levou a constatações que podemos resumir assim:

a) A evolução das sociedades de crédito, financiamento e investimento tem seguido uma tendência centralizadora desde 1966. Em 1985, havia 107 empresas no ramo. O grau de concentração manteve-se relativamente alto, as três maiores aumentando sua participação nos financiamentos de 23% para 26% (ou mais de 1/4) e no lucro líquido, de 27% para 32% (ou quase 1/3), ainda que diminuindo sua participação no patrimônio líquido do ramo de 25% para 21% no período. As 15 maiores financeiras em 1977 (que correspondem às 10 maiores segundo os três indicadores mencionados) pertenciam a grandes grupos — 10, a grupos financeiros, quatro, a grupos industriais (dois dos quais estrangeiros, sa saber, General Motors e Singer, EUA) e uma, a um banco oficial. Em 1985, das 12 maiores (segundo os três indicadores), nove pertenciam a grupos financeiros, uma a um grupo industrial e uma a um banco oficial. A GM foi a única estrangeira en-

tre as 10 maiores. A maior era nacional e pertencia ao Grupo Bradesco.

b) O ramo de crédito imobiliário, com 64 empresas em 1985, foi o principal vencedor na competição entre os ramos não monetários do setor financeiro. Foi no lucro que a concentração se revelou mais alta no período, as três maiores saltando de 1/3 para 2/3 do total dos lucros e as 10 maiores, de 70% para 112%, respectivamente em 1977 e 1985. No período, ocorreram falências, inclusive fraudulentas, de empresas dedicadas à poupança e ao crédito para a casa própria. Os grandes bancos comerciais as absorveram, formando suas próprias empresas de crédito imobiliário. Sendo grupos financeiros, sua vantagem sobre empresas financeiras independentes é patente, uma vez que utilizam a mesma infra-estrutura e os mesmos funcionários, inclusive gerentes (pagos apenas pelo banco comercial) para atenderem a tarefas relativas a uma variedade de empresas do mesmo grupo. Em 1985, a maior empresa era do Grupo Bradesco.

c) O ramo de corretoras de seguros, com 65 empresas, é altamente concentrado. As três maiores, que tinham o controle de 36% do valor total das receitas do ramo em 1977, passaram a controlar mais da metade delas e quase todo o lucro líquido, em 1985. As seis maiores empresas estrangeiras, em 1985, controlavam 45% do lucro líquido do ramo. A principal delas era a Comparsa, do Grupo Pirelli. A maior era nacional e pertencia ao Grupo Bradesco.

d) O ramo de arrendamento mercantil é, dentre os não-monetários, o de maior penetração por empresas estrangeiras (13 sobre 52), em 1985, que controlavam cerca de 30% das receitas de arrendamento e dos lucros do setor. Entre as 15 maiores, cinco eram majoritárias ou totalmente estrangeiras, entre elas a Citibank e a Manufacturers Hanover. O grau de concentração baixou no período, mas permaneceu alto, as três maiores controlando em 1985 quase a metade dos lucros do ramo e as 10 maiores, 65% das receitas e 82% dos lucros totais. A maior empresa

e) No ramo das companhias de seguros, com 102 empresas, ocorreu um aumento considerável no grau de concentração, qualquer que seja o indicador considerado. As três maiores tiveram sua participação nas receitas de prêmios aumentadas de 16% para 22% no período e, nos lucros totais, de 17% para 32%. Todas as maiores empresas do ramo são controladas por conglomerados financeiros ou de serviços os quais, em alguns casos, controlam diversas seguradoras ao mesmo tempo. E o caso do Grupo Sul-América, com 4 empresas entre as 16 maiores, ou do Bradesco, com 3 empresas, inclusive a maior de todas, a Bradesco Seguros, absorvida do Grupo Atlântica Boavista. O capital estrangeiro está presente no ramo, seja mediante empresas sob seu controle total, como a Motor Union, seja mediante associações, como a Sul-América T. M. A. (com o Grupo ITT).

A transnacionalização do sistema financeiro brasileiro

f) Frente ao grande número de empresas ainda atuando (201), apesar da centralização ocorrida entre 1970-85, o nível de concentração é alto e tende a crescer ainda mais no ramo das **corretoras**. Em 1985, as 3 maiores (1,5% do total das empresas) controlavam 37% do resultado operacional e quase 40% do lucro líquido do ramo. As 10 maiores (5%) concentravam 60% do resultado operacional e mais de 2/3 do lucro líquido do ramo. Entre as 10 maiores por resultado operacional encontram-se duas oficiais, a Banespa (a maior) e a Banestado.

g) O intenso processo de centralização ocorrido no ramo das **distribuidoras** durante os anos 70 se estabilizou a partir de 1981. O grau de concentração em 1977 é surpreendente, indicando que os dois processos ocorreram simultaneamente. Entre 1977 e 85 ocorreu uma desconcentração importante. Entre as maiores por patrimônio há duas estrangeiras (Montrealbank e Citibank) e três oficiais. Diversos grupos financeiros e industriais estrangeiros estão presentes no ramo. A maior empresa é a Roma, do Grupo Roberto Marinho.

CONCLUSÕES — A estrutura financeira gerada pelas reformas de 1965-67, somada à adoção pelo Estado de certos instrumentos legais, fiscais e econômicos, favoreceram um acelerado processo de oligopolização do sistema bancário-financeiro brasileiro e também de concentração geográfica do capital em favor da Região Sudeste e, em particular, de São Paulo. Esta evolução favoreceu uma das frações da burguesia brasileira e internacional e é, ao mesmo tempo, causa e consequência dos conflitos que contrapõem diferentes facções burguesas que disputam a hegemonia do poder político e econômicos no Brasil.

A política de especialização institucional das atividades financeiras, introduzida pela reforma bancária dos anos 60, por um lado, não conseguiu estancar a expansão dos megabancos; a "omnipresença" dos megabancos lhes permite atuar como agentes oligopólicos nos diferentes mercados, inclusive no crédito ao setor produtivo. Por outro, abriu-lhes um espaço para, mediante uma estratégia conglomerada, desenvolverem uma estrutura de rede, comandada pelo megabanco, tendo por base as agências do próprio banco e voltada para os diversos mercados do setor financeiro.

As atuais propostas de uma nova reforma bancária emergem de diferentes forças sociais e correspondem aos mais diversos interesses. Entre elas, duas que são frontalmente antagônicas: uma, a nacionalização do sistema financeiro, para garantir ao Estado o controle do instrumento considerado indispensável para viabilizar o planejamento econômico do desenvolvimento; a outra, a maior abertura do mercado bancário e financeiro aos bancos estrangeiros, aumentando a competição, captando mais divisas e forçando os bancos brasileiros a uma maior eficiência.

Impedidos, neste momento, de discutir as duas propostas, focalizemos a presença atual do capital estrangeiro no sistema financeiro brasileiro.

A transnacionalização refere-se à crescente inserção do setor financeiro brasileiro no sistema financeiro internacional. Este mesmo processo que ocorre em graus diferenciados em diversos setores da economia brasileira. Comumente se acredita que o setor financeiro é uma das partes mais "nacionais" e mais protegidas da economia. Entretanto, as finanças brasileiras vêm sendo transnacionalizadas por diversas vias, das quais se destacam três: a penetração de bancos estrangeiros no setor; a expansão dos megabancos brasileiros, privados e estatais, para o exterior; e o endividamento externo. Este trabalho limita-se a estudar a primeira, ocupando-se das relações estruturais — mediante os indicadores que expressam o seu controle sobre as instituições e os mercados bancários e financeiros — e não do aspecto operativo da presença dos bancos estrangeiros no país.

Note-se que evitamos o termo empresa/banco transnacional para identificar o capital de origem estrangeira, já que um número crescente de empresas e bancos brasileiros estão operando no exterior e, portanto, são também transnacionais. O que as diferencia das estrangeiras já não é o horizonte de acumulação, mas apenas a origem do capital.

Os investimentos (I) e reinvestimentos (RI) estrangeiros, ao longo dos anos 70, transferiu-se gradualmente da indústria de transformação (de 82% em 1971 para 74% em 1981) para a área de serviços (de 9,5% em 1971 para 20% em 1981). Destes, o setor financeiro concentrava apenas 3% em 1971, 4% em 1981 e 4,2% em 1985 daquele total (I+RI). Os ramos de atividades financeira que mais atraíram o capital estrangeiro foram os de representação, participação e administração e o dos bancos comerciais. Os I + RI norte-americanos no setor financeiro em 1985 continuavam predominando sobre os de outras origens, ainda que tenham perdido espaço, principalmente para os franceses e ingleses (os únicos que cresceram no período 1981-85).

Deixando de lado a discussão sobre as diferentes definições de banco estrangeiro que têm co-existido no Brasil e que hoje são motivo de grande polêmica no próprio Congresso Constituinte, assumamos que é estrangeiro todo banco total ou majoritariamente controlado por uma matriz estrangeira. Na área dos bancos comerciais, no período 1980-85, o número de bancos controlados ou associados ao capital estrangeiro passou de 32% para 41% do total dos bancos privados (29 sobre 71, em 1985) e de 22% para 29% do total geral (29 sobre 100), incluindo os bancos oficiais (29, em 1985). O número de bancos controlados ou associados a grupos estrangeiros aumentou quatro vezes entre 1960-80 e cinco vezes entre 1960-85.

BANCOS COMERCIAIS — É importante observar a queda da participação dos bancos oficiais (de 47% para 44%) e privados (de 46% para 40%) brasileiros no mercado de captações entre 1977 e 85, em contraste com o aumento da participação dos bancos estrangeiros (25), de 7% para 9% sobre o total dos bancos comerciais e de 13% para 16% sobre o total dos bancos comerciais privados. Se incluirmos os bancos associados a grupos estrangeiros, as taxas de 1985 crescem para 10% e 19% respectivamente.

No mercado de crédito, o avanço dos bancos estrangeiros foi ainda mais notável, tendo eles alcançado 15% sobre o total dos bancos comerciais e 35% sobre o total dos bancos privados em 1985. Incluindo os associados, as taxas crescem para 17% e 39% respectivamente. Dos três maiores bancos comerciais privados por empréstimos em 1985, o Citibank ocupou o segundo lugar, em seguida ao Bradesco, com Cr\$ 15,1 trilhões ou 13% do total dos empréstimos da área. O total dos empréstimos dos 3 maiores bancos estrangeiros (Citibank, EUA, Lloyds Bank, Ingl. e Chase, EUA) em 1985 correspondeu a 28% do total dos 10 maiores bancos privados.

O grande vencedor do aumento dos lucros bancários no período (quase 40% em termos reais) foi o capital financeiro privado brasileiro, cuja parcela aumentou de 25% para 47%, enquanto o lucro relativo dos bancos estrangeiros diminuiu.

BANCOS DE INVESTIMENTOS — Este ramo apresenta duas características dominantes. Uma, é que todos os bancos (exceto o Banerj) no período considerado pertencem a grandes grupos financeiros privados. A outra é que a maioria deles (22 sobre 34, ou 65%) tem uma vinculação mais ou menos estreita com o capital internacional. A concentração de capital no ramo é alta, como vimos acima. Os 10 maiores, em 1985, controlavam 62% dos financiamentos e 130% do lucro líquido do ramo. Dentre eles, sete tinham participação estrangeira.

Os 22 que tinham participação estrangeira, em 1985, controlavam 72% dos financiamentos e 49% do lucro líquido do ramo. Se excluirmos o Denasa, que também é associado e teve um desempenho extraordinariamente mau nesse ano, temos que o restante dos estrangeiros e associados controlavam quase 70% do lucro líquido do ramo.

Sublinhemos, finalmente, que o capital estrangeiro tem sido capaz de contornar o limite legal de controle acionário dos bancos de investimento (até 1/3 do capital votante) mediante subsidiária brasileira integralmente controlada do exterior (o Montreal, o Aymoré e o Credival); tem também mantido o controle total (Nordeste) ou majoritário (Unibanco e Chase/Lar Brasileiro) das ações preferenciais, contrariando o limite de 50% constante na legislação em vigor (Minella,

Transnacionalização do sistema financeiro Brasileiro

1986: 294). Notemos, também, que os bancos de investimento têm desempenhado um papel importante no enfiamento do país, servindo de intermediários para o repasse de financiamentos privados internacionais.

Examinemos, finalmente, a estrutura do sistema financeiro na perspectiva dos grupos financeiros, que agregam sob seu controle diversas empresas bancárias e financeiras e disputam, numa esfera mais alta, a hegemonia nos mercados financeiros do Brasil.

OS GRANDES CONGLOMERADOS DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

O estudo relativamente preciso e atual do controle acionário das empresas que constituem o sistema bancário-financeiro brasileiro revela que a quase totalidade das maiores empresas do setor não têm uma existência autônoma, mas fazem parte de redes ou conglomerados de empresas, seja como sociedades de comando, seja como controladas ou coligadas. Somos levados, então, a agregar estas empresas não mais apenas segundo seu desempenho nos diferentes mercados, mas segundo sua filiação acionária, a fim de identificar quem são de fato os agentes mais poderosos, qual é a sua magnitude no setor como um todo e seu poder de influência sobre as próprias políticas econômicas do Estado.

Dentro dos limites do estudo, optamos por focalizar com algum detalhe os 10 grupos financeiros que predominam no setor. Os únicos indicadores que têm validade universal para os diferentes mercados e, portanto, servem de termos de comparação e classificação, são o patrimônio e o lucro líquidos. Contudo, ambos são problemáticos. O patrimônio líquido pode disfarçar um patrimônio real muito maior. O lucro líquido às vezes vem acompanhado de uma baixa rentabilidade do investimento ou da atividade. Em geral, a melhor análise é a que consegue integrar todos os indicadores de desempenho, revelando uma realidade que é dinâmica, complexa e pluridimensional.

Rejeitamos a nomenclatura oficial, que só inclui entre os conglomerados os que têm como sociedade de comando uma empresa bancária. As empresas vinculadas a grupos industriais ou comerciais, chama "independentes". E o caso das financeiras dos grupos Volkswagen, GM, Pirelli, Souza Cruz e outros. Restringimos nossa pesquisa aos conglomerados privados, de base brasileira e estrangeira. Mas há que considerar a existência de importantes grupos financeiros oficiais, como o Banco do Brasil e o Banespa.

Os 10 maiores grupos financeiros em 1985 estão listados no Quadro 1. Todos, exceto o Citibank são privados brasileiros, ainda que em alguns ramos estejam coligados com estrangeiros. Em conjunto, eles controlavam 125 empresas (12%) sobre o total de 1.060 que constituíam o sistema em 1985. Através delas, têm sob seu controle quase 30% do patrimônio líquido e 61% do lucro líquido de todo o

QUADRO 1

OS DEZ MAIORES GRUPOS FINANCEIROS
CONCENTRAÇÃO POR PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDOS
BRASIL - 1985

Grupo Financeiro	No. Empr.	Patr. L.		Lucro L.	
		% sobre 10 mai.	% sobre ttl. SF	% s. 10 mai.	% s. ttl SF
1. BRADESCO	25	31,7	9,3	38,0	26,5
2. ITAÚ	14	17,6	5,2	21,1	14,8
3. REAL	12	9,9	2,9	7,5	5,2
4. UNIBANCO	10	8,4	2,5	6,6	4,6
5. BAMERINDUS	14	8,2	2,4	5,2	3,6
6. MERCANTIL DE SP	9	6,9	2,0	2,7	1,9
7. NACIONAL	16	5,4	1,6	4,3	3,0
8. ECONÔMICO	11	5,4	1,6	4,0	2,8
9. SAFRA	8	4,3	1,3	5,8	4,0
10. CITIBANK	6	2,3	0,7	4,8	3,4
TOTAL	125		30,0		61,0

Fonte: PACS/PRIES-CS, a partir de dados do Quem é Quem da Visão, 1986.

setor. Os três maiores grupos — Bradesco, Itaú e Real — juntos controlavam 51 empresas, ou 4,8% do total do setor; através delas participavam em 17% do patrimônio e 47% do lucro líquido do setor financeiro. Se tomamos o universo dos 10 maiores grupos, os três maiores controlavam quase 60% do patrimônio e 2/3 do lucro líquido agregado. O Bradesco era o maior dos grandes grupos financeiros; controlava 25 empresas e apresentava um nível extremamente alto de concentração de capital. Sozinho, o grupo controlava 9% do patrimônio e 27% do lucro líquido total do setor financeiro.

Observemos, porém, que os principais grupos financeiros, mediante uma estratégia conglomeral, controlam ou participam de empresas em outros setores da economia, constituindo, assim, redes de diferentes graus de centralização, porém, altamente concentradas no que respeita às decisões estratégicas nos planos econômico-financeiro e político. Os grupos que atuam predominantemente no setor financeiro são, naturalmente, majoritários. Entre os 10 maiores, apenas o Citibank — que consiste numa rede de seis empresas financeiras — não controla empresas fora do setor financeiro.

O Grupo Bradesco, que tem se expandido celeremente nas últimas duas décadas, consistia, em 1986, numa rede de mais de 100 empresas, atuando em setores tão diversos como agropecuária, informática e serviços gráficos. O Itaú controla ou participa em 25 empresas não financeiras. O Real é o mais internacionalizado, com seis empresas controladas, na América Latina e na África.

As cifras apresentadas acima quantificam a base material do poder destes grupos. Sua capacidade de tomarem decisões estratégicas integradas lhes confere uma influência significativa sobre o setor financeiro e, pela importância deste no sistema de acumulação do Brasil, sobre o conjunto da economia e sobre a própria política econômica governamental.

Eis as conclusões que emergem da pesquisa:

1. Fica claro que o agente dominante do

sistema financeiro brasileiro são os grandes conglomerados financeiros, uns por famílias, outros por sociedades de comando poderosas às quais chamamos **megaempresas** ou **megabancos**. Alguns conglomerados industriais e comerciais também ocupam espaços em certos ramos do setor financeiro.

2. O peso do Estado no setor tem diminuído sobremaneira nos últimos 10 anos e a posição hegemônica, seja em termos quantitativos, seja qualificativos, pertence hoje aos bancos privados brasileiros.

3. A área bancária privada é crescentemente centralizada e concentrada e tem hoje, como principal sócio (ou devedor) o mesmo Estado. Este fato confere aos bancos privados um poder extraordinariamente grande, não só sobre o sistema financeiro, mas sobre outros setores da economia e sobre o próprio Estado.

4. O processo de transnacionalização tem progredido com intensidade renovada a partir de 1964. Este processo, no tocante ao setor financeiro, seguiu três vias: a internalização dos grupos financeiros estrangeiros; a internacionalização das atividades de um número crescente de grupos financeiros brasileiros, privados e oficiais; e o endividamento externo.

5. Com respeito à penetração do capital estrangeiro no setor, concluímos que tem sido progressiva desde os anos 60, porém mais intensa a partir dos anos 70. Contudo, o capital estrangeiro ocupa ainda uma posição secundária em praticamente todos os mercados do setor.

6. Os banqueiros estrangeiros, e os brasileiros a eles associados, continuam a exercer uma pressão insistente sobre o governo brasileiro e, agora, sobre o Congresso Constituinte, pela abertura total do sistema bancário aos bancos estrangeiros, pelo fim das restrições e limitações à sua penetração noutros ramos ou setores e por uma liberalização ainda maior da política de remessas de lucros.

7. A entrada de capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos, que têm prevalecido cada vez mais sobre os investimentos diretos, na escala adotada nos últimos 10 anos, tem sido o fator decisivo do endividamento externo catastrófico;

tem contribuído para o enfraquecimento da capacidade produtiva da economia e para a descapitalização do país via transferências líquidas de capitais para o exterior e evasão clandestina de divisas. Uma política oficial — especialmente a que será incorporada à nova Constituição — que ignore a urgência de uma profunda reforma bancária e financeira, orientada segundo a lógica das necessidades das maiores e para o fortalecimento e democratização do setor produtivo e da demanda efetiva, será danosa para a economia brasileira e para os interesses não apenas conjunturais, senão também estratégicos da Nação.

8. Quanto à reforma do sistema bancário e financeiro, é certo que qualquer governo que pretenda realizar um sólido planejamento econômico e social necessita de instrumentos de regulação e controle do sistema de crédito e dos fluxos financeiros. As formas como esta regulação e controle são realizados hoje, são claramente insuficientes, a despeito do peso que têm o BACEN — na formulação e na administração da política monetária e financeira — e, em menor escala, o Banco do Brasil. Deixar os diversos mercados e a remuneração do capital financeiro ao sabor dos grupos oligopólicos que tendem a dominar o sistema, conforme foi estudado neste trabalho, é ser cúmplice de duas fraudes: aquela que distorce ou anula as leis do mercado e aquela que subjugava veladamente as necessidades sociais e produtivas aos caprichos do capital financeiro. Por outro lado, a estatização das instituições financeiras preconizada por alguns é de eficácia duvidosa, se gerida por governantes provenientes do setor privado e cuja lógica não é outra senão a da apropriação privada do produto social.

A solução para o problema da reforma financeira, portanto, está situada não somente na esfera técnico-organizativa, mas principalmente na esfera política. Os movimentos populares devem atuar em ambas as esferas, se querem que a lógica da democracia participativa acabe por predominar no planejamento e na administração da economia e das finanças brasileiras.

BIBLIOGRAFIA — ARRUDA, Marcos 1983 — *The Culture of World Capital*, inédito, 66p., RJ. ATLAS FINANCEIRO, 1981 e 1984, Intervest Editora, RJ. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 1985/6 — Instituições do Mercado Financeiro, Spala, RJ. DREIFUSS, René, 1986 — *A Internacional Capitalista*, Espaço e Tempo, RJ. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986 — *Conjuntura Econômica*, vol. 10, n. 10, RJ. GAZETA MERCANTIL — Balanço Anual, vários anos. GUIA INTERINVEST, 1978 e 1986, Intervest Editora, RJ. MINELLA, Ary César, 1986 — *Los Banqueros y su Organización de Clase en Brasil (1960-1980)*, tese de doutorado, UNAM, México. Inédita. SEPLAN-SEST, 1986 — *Perfil das Empresas Estatais*, DF. TAVARES, Maria da Conceição, 1979 — *Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar, RJ. VISAIO — *Quem é Quem na Economia Brasileira*, vários números.



Encontro Nacional dos Bancários em Campinas, São Paulo, 1987

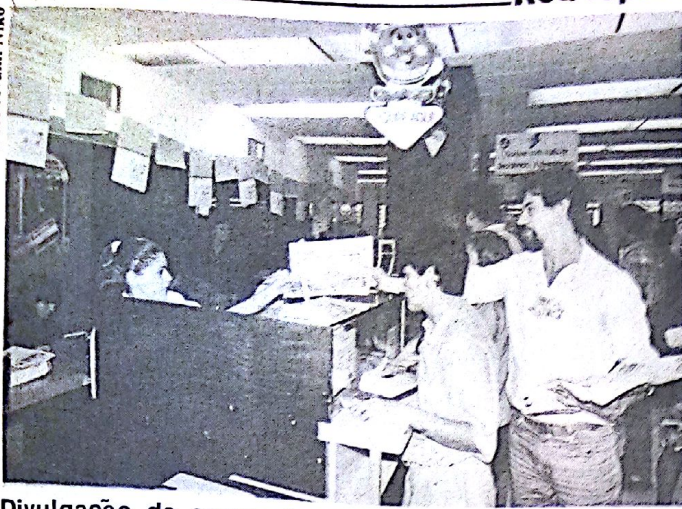


Assembleia do Banco do Brasil no Circo Voador, Rio, março de 87



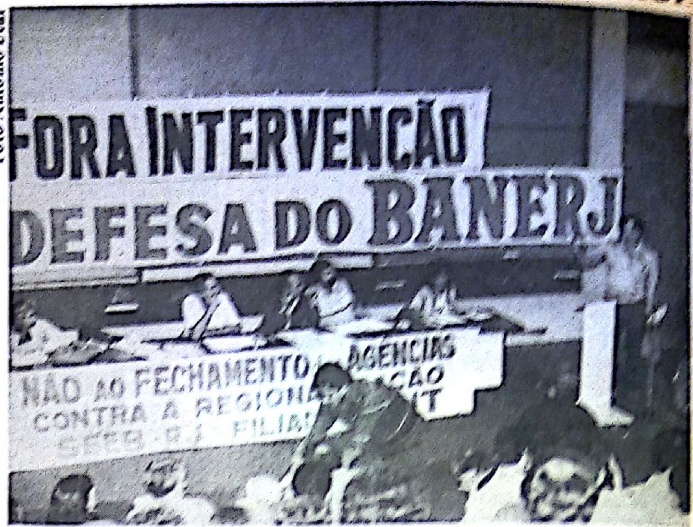
Comando Fecha-Banco na Agência Bradesco, F. Roosevelt, 14/9/87

Foto Avanir Niko



Divulgação da campanha salarial no Bradesco: distribuição do Bancário

Foto Antonio Leal



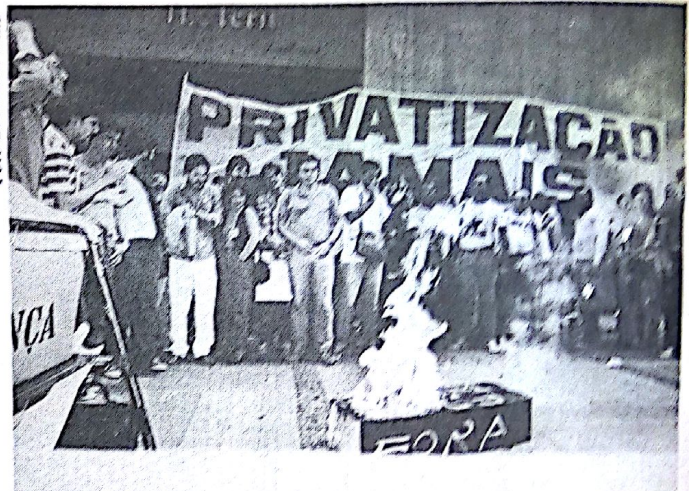
Bancários reagem à proposta de privatização do Banerj: 21/6/87

Foto Avanir Niko



Piquete fecha agência do BB no centro do Rio: greve de 10/9/87

Foto de Avanir Niko



Bancários do Banerj queimam caixão de Adolfo de Oliveira, interventor no Banerj

Foto de Avanir Niko



Plenária do Banco do Brasil após a Greve do dia 10/9: vitória total

Foto de Avanir Niko



Passeata em Defesa das Estatais e do Emprego no Rio em 17/9/87